PROVISÓRIO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1	
O ESTADO CONSTITUCIONAL DE DIREITO, A JURISDIÇÃO E A DESJUDICIALIZAÇÃO	17
1.1. (Re)visitando o instrumentalismo e os escopos da jurisdição	17
1.2. Características do estado constitucional de direito.....	29
1.3. A jurisdição no contemporâneo estado constitucional de direito	32
1.4. A dualidade de jurisdições: judicial e extrajudicial.....	38
1.5. A desjudicialização é uma jurisdição extrajudicial.....	41
Capítulo 2	
O CONFLITO E SEUS MÉTODOS DE RESOLUÇÃO	43
2.1. Conflito: semântica do conceito	43
2.2. O que é a resolução de conflitos, afinal?.....	45
2.3. O papel (preventivo) do serviços de notas e de registro	49
Capítulo 3	
A NECESSIDADE DE SE REPENSAR OS MECANISMOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO DIREITO CONTEMPORÂNEO	53
3.1. O contexto pós-moderno da sociedade (e do direito).....	53
3.2. O (renascimento do) pluralismo jurídico	56
3.3. A existência de normas processuais consuetudinárias.....	62
3.4. A sociedade de massa e a hiperjudicialização.....	64
Capítulo 4	
DOIS VELHOS (E CONHECIDOS) PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PARA UM NOVO MÉTODO DE TRABALHO: A EFICIÊNCIA E O ACESSO À JUSTIÇA	69
4.1. Leitura dromológica do fenômeno processual: eficiência e duração razoável...	69

4.2. A administração (gerencial) da justiça civil e as formas adequadas de resolução de conflitos.....	75
4.3. O acesso à justiça ressignificado: entre utopias e o mito do monopólio da jurisdição (art. 5º, inc. XXXV da CRFB).....	82
4.3.1. Introdução	82
4.3.2. Breve notícia histórica.....	84
4.3.3. Jurisdição judicial e extrajudicial.....	86
4.3.4. As alterações advindas do Código de Processo Civil de 2015.....	92

Capítulo 5

OS NOTÁRIOS E REGISTRADORES: DOS ALBORES ATÉ A CONTEMPORÂNEA FEIÇÃO DA INSTITUIÇÃO (LEI Nº 8.935/94)	97
5.1. Órgãos da fé pública: breve relação com a jurisdição voluntária.....	97
5.2. Excurso histórico: do scribe hebreu até a alta idade média	100
5.2.1. O scribe hebreu	100
5.2.2. Antigo Egito e Civilização Grega.....	101
5.2.3. Roma: <i>Tabelliones, Exceptores, Actuarii e Notarii</i>	101
5.2.4. Os <i>Notarii Publici</i> da Alta Idade Média.....	103
5.3. Interlúdio: a administração da justiça civil no Brasil colônia. Burocracia, patrimonialismo e particularismo. A plurivocidade de jurisdições e os povos autóctones.....	106
5.4. As funções de notas e registros no direito brasileiro.....	109
5.4.1. Período colonial, ordenações manuelinas e a carta de poderes	109
5.4.2. A independência nacional, o Regulamento Geral das Correções e a locução “foro extrajudicial”	112
5.4.3. O advento da Constituição Federal de 1988 e a estrutura da Lei nº 8.935/94: espécie <i>sui generis</i> de descentralização administrativa por delegação?	115
5.5. Notariado, racionalidade, eficiência econômica e segurança jurídica	118
5.6. Características do notariado de tipo latino. Aproximações com o <i>iudex chartularius</i> ou <i>ordinarius</i>	120
5.7. O juízo prudencial dos notários e registradores.....	122
5.8. A instituição notarial e a administração da justiça: sua natureza de função e serviço público essencial	124
5.9. Proporcionalidade, adequação e necessidade dos serviços de notas e registro	130
5.10. A eficiência nos serviços de notas e de registro: inovações tecnológicas até a lei nº 14.382/22 (Sistema eletrônico dos registros públicos).....	135

Capítulo 6

A DESJUDICALIZAÇÃO NO BRASIL: APROXIMAÇÃO INICIAL.....	141
6.1. Notícia histórico-dogmática e contextualização do fenômeno	141

6.1.1.	A desjudicialização é um método de resolução conflitual.....	141
6.1.2.	As primeiras hipóteses de desjudicialização: warrant; incorporação imobiliária e execução fiduciária; compromissos de compra e venda de unidade de loteamento; alienação em bolsa de valores do sócio remisso.....	143
6.1.3.	O Código Buzaid (CPC/73) e seus atos desjudicializados.....	146
6.1.4.	Do Código de Processo Civil de 1973 até a Lei nº 11.441/07	147
6.1.5.	A Lei nº 11.441/07 como marco de expansão da desjudicialização: a possibilidade de partilha, inventário, divórcio e separação extrajudiciais.....	148
6.1.6.	Os atos normativos do Conselho Nacional de Justiça e da Corregedoria-Geral de Justiça pertinentes à desjudicialização anteriores ao Código de Processo Civil de 2015	149
6.1.7.	A desjudicialização estatuída no Código de Processo Civil de 2015: usucapião; homologação de penhor legal; divisão e demarcação; emancipação; extinção de usufruto.....	150
6.1.8.	Expedição de cartas de sentença diretamente pelos Tabelionatos de Notas.....	152
6.1.9.	Adjudicação compulsória extrajudicial (Lei nº 14.382/2022)	153
6.1.10.	A execução desjudicializada (PL's nº 6204/19 e 4257/19)	157
6.1.11.	Despejo e consignação de chaves extrajudicial (PL nº 3990/20)	158
6.2.	Proposições de lege ferenda para a desjudicialização.....	160
6.2.1.	Estruturação da “Curadoria Extrajudicial de Incapazes”.....	160
6.2.2.	Desjudicialização da tomada de decisão apoiada.....	162
6.2.3.	Correção ao disfuncional óbice à desjudicialização do inventário com testamento (críticas ao REsp nº 1.808.767-RJ). O advento da Resolução nº 571/2024 do CNJ.....	163
6.2.4.	Tendências europeias na modificação do regime de bens pela via extrajudicial e o PL nº 470/2013	166
6.2.5.	Produção probatória desjudicializada e o PL nº 487/2013	168
Capítulo 7		
A DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL.....		169
7.1.	Bosquejo comparatístico no direito europeu	169
7.1.1.	A culturalidade do Direito e a (necessidade da) comparação jurídica..	169
7.1.2.	O modelo eminentemente jurisdicional espanhol.....	172
7.1.3.	O modelo híbrido dos sistemas alemão, italiano, francês e portugueses.....	175
7.1.4.	A singularidade da execução desjudicializada sueca.....	178
7.2.	As propostas de desjudicialização executiva no brasil: o caso da execução civil.....	179
7.2.1.	Breve análise crítica das proposições constantes do PL nº 6.204/19	179

7.2.1.1.	O Provimento nº 85/2019 do CNJ e a justificação do Projeto de Lei	179
7.2.1.2.	As hipóteses de dúvida registral	184
7.2.1.3.	Prévio protesto como requisito de admissibilidade da demanda.....	185
7.2.1.4.	Restrição das funções ao Tabelionato de Protestos	187
7.2.1.5.	Requisitos da petição inicial, cognição e poderes do Tabelião	189
7.2.1.6.	Subdelegação de atividades aos escreventes.....	192
7.2.1.7.	Inadmissibilidade de medidas executivas atípicas pelo Tabelião	193
7.2.1.8.	Algumas distorções procedimentais que necessitam correção	193
7.3.	O caso da desjudicialização da execução fiscal.....	195
7.3.1.	Breve mirada nos Projetos de Lei nº 2.412/2017 e 5.080/2009.....	195
7.3.1.1.	Introdução e direito comparado	195
7.3.1.2.	Algumas alterações progressivas e sistemáticas na Execução Fiscal.....	196
7.3.1.3.	Mecanismos de aferição da viabilidade econômico-financeira da execução fiscal e o PL nº 5080/09	198

Capítulo 8

	DESJUDICIALIZAÇÃO E AUTOCOMPOSIÇÃO: ART. 42 DA LEI Nº 13.140/15 E PROVIMENTO Nº 67/2018 DO CNJ	203
8.1.	Introdução.....	203
8.2.	Breve notícia histórica no sistema do direito romano-germânico-canônico	206
8.3.	As três etapas evolutivas dos métodos autocompositivos no direito processual civil brasileiro.....	208
8.3.1.	A primeira etapa: conciliação pré-processual obrigatória.....	208
8.3.2.	O rompimento da tradição no período republicano	211
8.3.3.	A segunda etapa evolutiva: conciliação endoprocessual.....	213
8.3.4.	A terceira etapa evolutiva: o protagonismo dos meios autocompositivos.....	214
8.4.	A autocomposição desjudicializada pela instituição notarial	217
8.4.1.	Princípios norteadores da autocomposição desjudicializada: boa-fé, imparcialidade, confidencialidade e capacidade técnica.....	217
8.4.2.	Natureza jurídica da desjudicialização autocompositiva.....	218
8.4.3.	Formas atípicas de autocomposição desjudicializada: convenção de procedimento participativo, cláusulas escalonadas e dispute boards	220
8.4.4.	A revolução tecnológica (ecossistema digital) perante a autocomposição desjudicializada.....	222

Capítulo 9

DESJUDICIALIZAÇÃO E HETEROCOMPOSIÇÃO	225
9.1. A adjudicação de conflitos pela via heterocompositiva da desjudicialização	225
9.2. Possibilidade da arbitragem notarial e registral como método heterocompositivo desjudicializado	227
9.2.1. Os Projetos de Lei nº 5.243/2009 e 414/2014	230
9.2.2. O notário-árbitro no direito brasileiro	231
9.2.3. O notário-árbitro no direito comparado	233
9.2.3.1. Introdução	233
9.2.3.2. Espanha	234
9.2.3.3. Peru	235
9.2.3.4. Uruguai	235
9.2.3.5. Argentina	236
9.2.3.6. Alemanha	237
9.2.3.7. Portugal	238
9.2.3.8. Estônia	239
9.2.3.9. Conclusões para o direito brasileiro	240
9.3. A usucapião extrajudicial	240
9.3.1. O caso da Colômbia: Ley 1183/2008 e Sentencia C-1159/08 da Corte Constitucional	240
9.3.2. Reflexos na sistemática do direito brasileiro	244

Capítulo 10

DEVIDO PROCESSO LEGAL EXTRAJUDICIAL NOTARIAL-REGISTRAL	251
10.1. Introdução	251
10.2. Breve notícia histórica e evolução do conceito	253
10.3. O conteúdo e a extensão do devido processo notarial-registral	258
10.4. Imparcialidade e imparcialidade	261
10.5. Fundamentação dos atos	263
10.6. Publicidade, confidencialidade, sigilo e proteção de dados	265
10.7. Contraditório e ampla defesa	267
10.8. Cooperação interinstitucional e colaboração processual	268
10.9. “Duplo grau de jurisdição” e controle externo	273
ENUNCIADOS DAS JORNADAS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	277
I Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Conflitos	277
II Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Conflitos	283
I Jornada de Direito Notarial e Registral	286
I Jornada de Direito Processual Civil	360

II Jornada de Direito Processual Civil	361
III Jornada de Direito Comercial	364
IV Jornada de Direito Civil	366
V Jornada de Direito Civil	367
VI Jornada de Direito Civil	369
VII Jornada de Direito Civil	370
VIII Jornada de Direito Civil	372
IX Jornada de Direito Civil	373
MODELOS	375
1. Inventário extrajudicial	375
2. Divórcio extrajudicial	378
3. Usucapião extrajudicial	380
4. Divisão e demarcação extrajudicial	383
5. Emancipação extrajudicial	385
6. Extinção de usufruto extrajudicial	386
7. Adjudicação compulsória extrajudicial	387
8. Ata notarial	390
BIBLIOGRAFIA	391